

A bandeira negra entre outras: (trans) nacionalismo e internacionalismo na construção do anarquismo no Brasil (1890-1930)

The black flag among others: (trans) nationalism and internationalism in the construction of anarchism in Brazil (1890-1930)

Kauan Willian dos Santos*

Resumo: Este artigo, resultado parcial da tese de doutorado em desenvolvimento pelo departamento de História Social da Universidade de São Paulo, busca refletir sobre a conexão do anarquismo com o internacionalismo e transnacionalismo, através da imigração, redes militantes-ativistas e circulação de ideias e experiências, incluindo a visão de nação, nacionalismo, patriotismo e raça de seus agentes, assim como suas imbricações com seus conceitos e práticas de classe. Após uma justificativa a partir de um debate teórico sobre o tema, sugerimos a divisão em três momentos dentro do período republicano brasileiro, no qual observamos mudanças, tanto em suas práticas, formas de inserção e relação, debates e visão acerca de seu movimento e os elementos analisados.

Palavras-chave: Anarquismo; Transnacionalismo; Nacionalismo.

Abstract: This article, a partial result of a doctoral thesis under development by the Department of Social History at the University of São Paulo, seeks to reflect on the connection between anarchism and internationalism and the practical transnationalism, through immigration, militant networks and circulation of ideas and experiences, including the vision of the nation, nationalism, patriotism and race of its agents, as well as their overlap with their concepts and class practices. After a justification based on a theoretical debate on the topic, we suggest the division into three moments within the Brazilian republican periodical, where we observe changes, both in its practices, forms of insertion and relationship, debates and vision about its movement and the elements analyzed.

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Contato: kauanwillian09@gmail.com

Introdução

É certo que o anarquismo, tanto a partir de sua teoria política quanto na própria execução, buscou construir e propor uma nova organização política, social e econômica. Os agentes que se diziam socialistas libertários eram contrários ao avanço do sistema capitalista de produção, das fronteiras nacionais, do centralismo estatista e do que entendiam como uma alienação religiosa e cultural que beneficiaria uma pequena parte da população (CORRÊA; SILVA; SILVA, 2014). Nessa empreitada, para Benedict Anderson, “em seguida ao colapso da Primeira Internacional e à morte de Marx, em 1883, o anarquismo em suas formas tipicamente diversificadas, foi o elemento dominante na esquerda radical autoconsciente” e, até a Primeira Guerra Mundial, “o principal veículo de oposição global ao capitalismo industrial, à autocracia, ao latifundiarismo e ao imperialismo (ANDERSON, 2014, p. 19-20).”

Os participantes das fileiras negras eram regidos por uma meta internacionalista, ou seja, acreditavam que suas resistências e os ganhos a serem conquistados não se restringiriam a uma unidade nacional ou ao um grupo étnico, devendo destituir os detentores dos meios de produção e os governantes a partir de uma revolução global. De fato, muito mais que uma teoria, os anarquistas tentaram exercer seu internacionalismo na prática. O anarquista Errico Malatesta, por exemplo, após uma intensa atividade na Itália, passou pela Suíça, Bélgica e Londres. E, como se não fosse suficiente suas atividades em diversos lugares da Europa, transitou pelo norte do continente africano e também na América, onde visitou e espalhou seu pensamento “durante quatro anos em Buenos Aires (ANDERSON, 2014, p. 2).” Assim como ele muitos anarquistas forçados por questões de fugas e exílios assim como emigrando por razões de necessidade ou mesmo almejando a disseminação de suas ideias pelo globo, atravessaram diversos países e continentes, levando e trazendo pensamentos e experiências diversas e construindo o anarquismo para além do atlântico norte ou da experiência europeia, discursando sobre a fraternidade universal.

O caráter internacionalista do anarquismo se evidencia desde sua estruturação, que pode ser situada na atuação da Aliança da Democracia Socialista (ADS). Neste órgão político, representantes como Mikhail Bakunin, Charles Perron e James Guillaume criaram contatos com organismos de caráter internacional como a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). A partir de 1868 tais militantes

retomaram o federalismo dos mutualistas proudhonianos e, com base em experiências anteriores nas manifestações populares de diversas partes da Europa, extremaram seu caráter revolucionário de forma nunca avaliada anteriormente, figurando a entrada dos chamados coletivistas na associação – posteriormente se reconhecendo como anarquistas. A ADS possuía representantes na Inglaterra, Rússia, Itália, França, Espanha, Suécia, Noruega, Dinamarca, Bélgica e outras regiões (SAMIS, 2011, p. 33-60). Além disso, em consonância com o trabalho mais sistemático e programático dos aliancistas, a passagem dos personagens anarquistas nestes lugares e da recepção e difusão das ideias libertárias nesse período em jornais, livros, folhetos e opúsculos faziam a bandeira negra se expandir em proporções avassaladoras.

Em 1885, a Argentina presenciava o periódico militante *Questione Sociale*, que contava com articulações internacionais (COLOMBO, 2004, p.79). Na década de 1890, os primeiros jornais contendo ideias libertárias no Brasil, *Gli Schiavi Bianchi*, *La Bestia Umana* e *L'Asino Umano*, *O Despertar*, *Il Diritto* e outros marcavam sua presença (LEAL, 2006, p. 149-204). Na Itália, na década de 1880, agentes relevantes como Errico Malatesta e Pietro Gori impulsionavam fortes movimentos contestatórios, disseminando o anarquismo entre os artesãos e os pequenos comerciantes subalternos e também sob a forma de associações com respaldo social (ROMANI, 2002, p. 20-30). Ademais, as ideias anarquistas chegavam nas regiões da África meridional e do Sul desde o final do século XIX (VAN DER WALT, 2010). E desde esse período até as primeiras décadas do século XX o anarquismo foi decisivo a partir de insurreições marcantes e do sindicalismo reivindicativo nos Estados Unidos da América. Em questão de décadas, organizações operárias de orientação libertária se formaram também no Pacífico e no continente asiático (HWANG, 2010, p. 95-130).

A causa dessa difusão, além do empenho dos militantes anarquistas e de suas expectativas internacionalistas tinha um contexto latente. Desde fins do século XVIII até o XX, a era contemporânea foi marcada pelos avanços das transformações econômicas que proporcionaram o desenvolvimento dos transportes e das comunicações de maneira inédita (ANDERSON, 2008). O resultado disso foi um fluxo constante de panfletos, opúsculos, livros e periódicos criados a partir da intensificação dos contatos entre pessoas e países, somadas às conquistas coloniais e às migrações em massa. A criação das ferrovias, dos trens à vapor, das máquinas tipográficas e de outras invenções das revoluções industriais juntamente com os processos migratórios e o

imperialismo, dessa maneira, deram subsídios para os anarquistas disseminarem suas ideias e práticas (HIRSCH; VAN DER WALT; 2010).

Não obstante, outro fenômeno estava ocorrendo e se intensificando no qual os militantes libertários já haviam percebido e, por isso, eram justamente contrários em seus programas; o próprio Estado nacional. Os variados tipos de nacionalismos e ideários nacionais modelados na construção dos Estados nacionais e posteriormente do patriotismo, no qual esses personagens tanto embatiam, foram impulsionados desde o declínio de antigas formas de organização social, como a influência da religião e do absolutismo, que deixaram um vácuo para novos sentimentos e costumes que pudessem preencher essa lacuna. Através dos novos arranjos sociais sob o corpo do sistema capitalista de produção, suas tecnologias e a proliferação de discursos e símbolos enraizados culturalmente e modelados, houve a criação e a intensificação de ligações entre diversos grupos dentro de uma unidade territorial, formando possíveis ideários de pertencimentos de grupos em detrimento de outros, estabelecendo também outros tipos de agrupamentos políticos.

O crescimento do sentimento nacional criava a necessidade da construção e expansão de Estados cada vez mais homogêneos em detrimento de minorias étnicas. De acordo com Eric Hobsbawm, esta “formação de nação constituía o conteúdo essencial da evolução do século XIX” (HOBSBAWM, 2013, p. 37) para os agentes envolvidos com o projeto político do liberalismo e para a classe burguesa ascendente. De maneira análoga, em alguns lugares, movimentos populares reivindicavam a unificação de seus países para se protegerem das dominações dinásticas e imperialistas, dos impérios rivais e da aristocracia, fazendo o republicanismo popular ser um alvo revolucionário.¹ Por isso, Benedict Anderson afirma que o “final da era dos movimentos vitoriosos de libertação nacional nas Américas coincidiu em boa medida com o início da era do nacionalismo na Europa (ANDERSON, 2008, p. 107).”

A emergência de uma ideário nacional, utilizada desde a criação de Estados nacionais, mas também disseminada e latente para a libertação de minorias étnicas ou para a unificação de países dominados, foi tão constante e inevitável que não é à toa que muitos dos militantes anarquistas, antes de formularem e entrarem para as fileiras libertárias e internacionalistas tivessem participado de lutas anti-imperialistas ou de

¹ Para Edilene Toledo “nos países como a Itália, que queriam conquistar a sua independência, portanto, a ideia de nação assumiu uma conotação revolucionária, tendia a ligar-se às ideologias liberais e democráticas e adquiria frequentemente um caráter supranacional: na história das revoluções do século XIX” (TOLEDO, 2008, p. 3).

unificação nacional. Na década de 1840, Mikhail Bakunin participou da luta pela independência dos eslavos no qual difundia uma união entre o povo russo e o polonês contra o imperialismo e a aristocracia. Para Felipe Corrêa, “Bakunin considerava a libertação nacional como o primeiro passo na luta por uma revolução de bases democráticas, que deveria conduzir a uma república federativa dos países eslavos (CORRÊA, 2010, p. 15).” O jovem Malatesta, antes de sua participação na Comuna de Paris, aderiu aos ideais de Giuseppe Mazzini e sua visão de republicanismo popular que atraiu muitos adeptos revolucionários antes da unificação italiana (AVELINO, 2003).

Com o passar dos anos, as lutas de libertação nacional ou pelas minorias étnicas continuaram sendo uma constante na construção do anarquismo. Os militantes libertários, principalmente fora da Europa ocidental e nas regiões afetadas, seja as colônias apoderadas desde o final do século XIX, quanto durante os efeitos das grandes guerras, participaram amplamente de uma posição anti-imperialista e anticolonialista, construindo táticas e estratégias que se enraizariam na construção do anarquismo. Os autores Lucien van der Walt e Steven Hirsh notam que a posição mais sofisticada e hegemônica anarquista “foi a de participar das lutas de libertação nacional buscando moldá-las, vencer a batalha de ideias e afastar o nacionalismo, promovendo uma política de libertação nacional por meio da luta de classes, e dando às lutas de libertação nacional um sentido revolucionário.” Não obstante, existiu:

um tipo de abordagem anarquista e sindicalista [que] foi a de apoiar correntes nacionalistas acriticamente, considerando suas lutas como um passo na direção correta. Para alguns, isso significava apoiar a formação de pequenos Estados, que lhes eram preferíveis aos grandes, perspectiva rejeitada pela maioria dos anarquistas (HIRSH; VAN DER WALT, 2010, p. lxiii-lxiv).

Assim, de acordo com os autores, de fato, alguns anarquistas participaram das lutas de libertação nacional apenas no intuito de destruírem os poderes dominantes no momento, não criticando, no interior destas e de suas atuações, qualquer crescimento ou formação de nacionalismos ou de políticas excludentes. Muitos militantes e ativistas consideravam uma etapa necessária um tipo de libertação colonial e a formação de seus contornos culturais e políticos para depois a necessidade de sua desconstrução. Esse parece ser o caso das Filipinas e Cuba, estudadas por Benedict Anderson, nos

quais o nacionalismo absorveu as demandas e influências socialistas e anarquistas, mas se sobressaindo com potencial de emergência, com pouca tensão dos membros desses últimos, não só pelas suas convicções uma vez que existiam frentes antinacionalistas nesses países, mas também pelo tipo de aliança construída ou pelas dificuldades apresentadas diante o processo (ANDERSON, 2014).

Portanto, imaginários étnicos poderiam se somar ao caráter revolucionário de correntes políticas como o socialismo e o anarquismo para enfrentarem seus interesses e vice-versa. Esse caráter fez com que as conexões entre anarquismo e nacionalismo fossem intrínsecas desde então e, longe de ser paradoxal, a imaginação nacional, com o passar do tempo, fazia parte da própria construção do transnacionalismo prático desses fenômenos.²

No Brasil, mesmo que não incluídos em uma luta de libertação nacional, anarquistas foram afetados ou instrumentalizaram nacionalismos, seja na construção de seu movimento, ou em suas ideias e práticas. Esse artigo, resultado parcial de uma tese de doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo³, busca trazer, a partir da análise da bibliografia e de periódicos do movimento operário e do anarquismo, três momentos diferentes no período republicano brasileiro, que aborda esse tema, contribuindo, assim, para a historiografia que estuda as conexões entre socialismos e nacionalismos.

Entre imaginários etnocêntricos, internacionalistas e de sincretismo com o Brasil (1890-1913)

Mais complexo e difuso do que muitas vezes afirmado, as ideias libertárias no Brasil apareceram aqui antes mesmo da sistematização política do anarquismo na Primeira Internacional. Os escritos de Pierre-Joseph Proudhon, substancial para grande parte dos mutualistas, influente na Comuna de Paris e referência à construção do anarquismo já apareceriam no país na década de 1870 nos escritos de abolicionistas.

² É preciso marcar as diferenças entre “internacionalismo” e “transnacionalismo” usados em muitas pesquisas de forma indiscriminada. O Internacionalismo se refere aos movimentos, aqui dentro dos debates socialistas, que consideraram a importância de participação de diferentes grupos em conjunto, nacionais e étnicos, para a construção da sociedade igualitária. Mas, como estamos defendendo na seguinte tese, esse intuito não descartou a influência do ideário étnico ou nacional na circulação de ideias e experiências revolucionárias. Em alguns casos, no processo transnacional, ou seja, no trânsito de ideias nacionais, pela imigração ou pela circulação de transcritos, o nacionalismo, por vezes, impregnava os discursos como anarquismo.

³ Tese intitulada *Pontes de Liberdade: internacionalismo e imaginários nacionais na construção do anarquismo no Brasil (1890-1937)* sob a orientação do Prof. Dr. Robert Sean Purdy.

A historiadora Maria Helena Machado (1994) nos informa que um dos militantes dessa causa

utilizando-se do pseudônimo de Proudhomme e talvez inspirado no famoso slogan de Proudhon, O que é a propriedade? A propriedade é um roubo – Patrocínio cunhava seu próprio dístico: “A escravidão é um roubo. Todo dono de escravo é um ladrão (MACHADO, 1994, p. 163).

Embora a autora nos lembre que o abolicionismo era disputado por diversas correntes políticas, o estudo mostra como as propostas libertárias já eram usadas, adaptadas e transformadas pelos movimentos oriundos do país. Tais pensamentos também chegavam antes da imigração de massas, sendo trazidas por intelectuais sem um projeto claro e se espalhavam algumas vezes sem uma conexão com outros anarquistas no resto do globo.

Ainda assim é, de fato, com o fenômeno da imigração em massa que foi potencializada a vinda de práticas e concepções libertárias, bem como o anarquismo. O primeiro caso mais notável em terras brasileiras foi a criação da Colônia Cecília no estado do Paraná em 1890.⁴ O projeto de Giovanni Rossi buscava colocar em prática e em experimento o estilo de vida comunitário e autogerido defendido no mundo vindouro pregado pelos anarquistas. Apesar disso, a proposta se apresentava completamente marginal aos interesses do anarquismo, na maior parte das discussões internacionais. Para alguns dos mais influentes anarquistas, como Errico Malatesta, era impossível isolar-se da realidade e, além de uma proposta de autogestão, era necessário criar formas de combate às classes dominantes e às formas de dominação. Discutindo sobre a emigração e outras formas de suposto escape como esse, o militante afirmou:

O dever dos revolucionários é o de fazer todo esforço para fazer compreender aos miseráveis que a miséria existe lá como aqui, e que o remédio, se querem, podem encontrá-lo ficando onde estão e

⁴ Isabelle Felici afirma que a Colônia Cecília é o “aspecto mais conhecido do anarquismo italiano no Brasil e sua primeira manifestação. Todavia, existem muitas impressões falsas sobre essa experiência, uma vez que a imagem da Cecília, que transparece nas obras sobre o anarquismo e nas obras de ficção que lhe foram consagradas, deve-se mais à lenda do que à realidade” (FELICI, 1998, p. 9).

rebelando-se contra o governo e contra os patrões para tomar de volta aquilo que eles mesmos produziram.⁵

Além do problema da luta de classes, essencial na visão de muitos anarquistas, a experiência de Rossi e seu grupo não apresentou uma integração efetiva. Para Isabelle Felici, a colônia, embora almejasse se expandir, ficou restrita a maior parte do tempo aos imigrantes estabelecidos dentro da experiência, na maioria deles italianos (FELICI, 1998). Pareceu, assim, que ficou isolado da realidade brasileira, fornecendo as primeiras pistas, portanto, que a perspectiva que unia a realidade local com as metas internacionais não era clara a todos os aderentes do anarquismo ou dos ideais libertários e, assim como outros pontos, deveria ser exercitado.

Essa é uma primeira tendência observada em grupos no país que, apesar de uma postura internacionalista, e estarem ancorados em redes étnicas, apresentaram dificuldade de integração com a população brasileira. Dentro desse contexto aparece o primeiro periódico que apresentava referências às noções provenientes do anarquismo, o *Gli Schiavi Bianchi*, iniciado em maio de 1892, provindo do bairro do Brás em São Paulo, primeira cidade onde podemos localizar uma concentração maior de militantes anarquistas e libertários, após os projetos experimentais através de colônias (LEAL, 2006, p. 172-173) e também onde exemplificou bem o tipo de “anarquismo étnico”.⁶ Contando com quatro páginas e pequenos cabeçalhos, o nome “Os Escravos Brancos” fazia clara referência à situação dos trabalhadores imigrantes nas fazendas e cidades que, para o jornal, estava dominado “completamente pela tirania burguesa” e, por isso, precisavam se libertar da “escravidão do capital.”⁷ O jornal sofreu dificuldades para se manter, era lançado irregularmente pois, apesar de ser vendido por \$100, aceitava donativos voluntários e era doado para quem não pudesse pagar (LEAL, 2006, p. 179-180). Seu declarado diretor e principal redator era Galileo Botti, nascido em Livorno que residiu em Buenos Aires até 1890. Devido a uma forte crise financeira na Argentina e o crescimento da repressão nesse país, o personagem se estabeleceu em

⁵ Malatesta, Errico. *La Rivendicazione*, março de 1891, citado em FELICI, 1998, p. 10.

⁶ Para Luigi Biondi (2008), “os aspectos da imigração italiana até agora apontados nos levam à utilização de conceitos como o de “socialismo étnico”, já utilizado pela Vezzosi para o caso estadunidense e por [ele] para o caso brasileiro (paulista). Assim como podemos falar, considerando também as últimas análises de Benedict Anderson, de “anarquismo étnico.” Os mesmos argumentos possibilitam também a indagação da constituição de uma identidade de classe étnica, na tentativa de estabelecer, talvez, uma coincidência identitária entre a origem nacional e o ser trabalhador, uma espécie de mito étnico trabalhista que em São Paulo” (BIONDI, 2008, p. 65).

⁷ “Un’ era nuova.” *Gli Schiavi Bianchi (São Paulo)*, 20 de junho de 1892. p. 1. Tradução nossa.

São Paulo. Botti abandonou sua profissão como sapateiro para fabricar licores, prática que inclusive foi proibida no período. Ao que tudo indica, o personagem já havia tido um contato com o anarquismo nesses países, uma vez que se comunicava com os jornais *Il Perseguido* e *Lavoriamo* de Buenos Aires e o *Il Farilla* de Mantova (COLOMBO, 2004, p.80-81).

Galileo Botti foi preso sob a acusação de não possuir licença para a publicação de seu jornal e por supostamente caluniar as autoridades algumas vezes. Houve a tentativa de deportá-lo para a Europa, assinalando que seu periódico começava a chamar atenção das autoridades e a ter certo respaldo na cidade (LEAL, 2006, p. 177-179). É bastante interessante que seu periódico apresentava redes de contato com outras cidades, como do interior de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e na Bahia. Além dos países que visitou, Botti também endereçou cartas e noticiou acontecimentos na França e Espanha. Não obstante, o principal tema do jornal, além de ser declarado anticapitalista, era examinar as relações entre a Monarquia e a República no Brasil. Uma das críticas referente à ineficácia dos projetos republicanos no país foi a escravidão que, para o periódico, foi perpetuada, sendo apenas a etnia do escravizado diferente.

Essa atitude criava os primeiros passos para a ampliação das ideias libertárias e do anarquismo na cidade, embora com alguns outros paradoxos iniciais. Como é perceptível no periódico, havia um discurso de liberdade que citava a “grande família humana, como a grande família animal e vegetal.”⁸, citando muitas vezes também “os escravos brancos, assim como os negros.”⁹ Ainda assim, ao não se ater aos problemas específicos da realidade brasileira, pouco fora dos círculos dos imigrantes, e fazer tábula rasa das tradições de lutas do país, como a abolicionista, tratando majoritariamente das relações de exploração dos trabalhadores de seu círculo étnico, fez com que seu respaldo fosse muito grande entre italianos precarizados, grande parte da classe trabalhadora na cidade, mas excluindo, por consequência, muitos brasileiros. Na análise do cientista social Clayton Godoy (2013), por esse motivo, nesse período,

o anarquismo foi muito mais dependente da presença e do desempenho dos mediadores originários de outros países e de suas respectivas redes interpessoais do que da absorção inicial, por

⁸ “Un’ era nuova.” *Gli Schiavi Bianchi* (São Paulo), 20 de junho de 1892. p. 1. Tradução nossa.

⁹ *Gli Schiavi Bianchi* (São Paulo), 20 de junho de 1892. p. 2. Tradução nossa.

segmentos sociais brasileiros, de idéias difundidas através de mecanismos não relacionais (GODOY, 2013, p. 85).

Para o autor, as ideias e práticas anarquistas, ainda presas em pequenos círculos militantes, não foram recebidas pela totalidade da população, fato que se devia também às suas questões e linguagens ancoradas em redes étnicas. É preciso salientar que muitas das atitudes de Botti e outros personagens desse período eram frutos da própria condição imigrante na cidade em que residiam. Angelo Trento nos informa que dos 4.100.000 estrangeiros que adentraram o Brasil entre 1886 e 1934, 56% vieram para o estado de São Paulo, e 44,7% desses eram italianos. Ao contrário do Rio de Janeiro, por exemplo, que a imigração era individual, a forma de estabelecimento de estrangeiros em São Paulo era de famílias inteiras. A presença de imigrantes italianos era tão forte em alguns bairros e fazendas que se tornava a língua dominante em diversos espaços. Para Angelo Trento,

a escolha do idioma em que publicar não era decerto determinada por atitudes chauvinistas [...] A passagem de um para outro idioma ou para a própria decisão de publicar em português não devia ser fácil, pois ainda em 1906 o porta-voz oficial da União dos Sindicatos de São Paulo era *La Lotta Proletaria*, com artigos quase exclusivamente em italiano (TRENTO, 1988, p. 243).

Evidentemente, junto com a linguagem vieram e foram desenvolvidos também muitos costumes, tradições, culturas, dilemas e problemas próprios da comunidade italiana. Um dos mais influentes periódicos anarquistas na cidade de São Paulo, *O La Battaglia*, por vezes, apresentou fortes ideários étnicos ao constatar que

o proletariado nacional está ainda em formação e com ele ninguém nunca pode contar. É um rebanho de eleitores a bom preço. Falta a preparação histórica, talvez também o próprio ambiente econômico com o qual possa se formar um proletariado indígena. Temos bons companheiros brasileiros, operários ou profissionais, mas, por favor, não vamos procurar o socialismo, o sindicalismo e o anarquismo nas

sociedades operárias indígenas, organizadas com fins políticos, de vulgar política.¹⁰

Para o historiador Luigi Biondi, o grupo havia absorvido, além de sua cultura política explícita, a tradição do republicanismo mazziniano (BIONDI, 1998), com seus ideais do nacionalismo popular provindo do período da unificação italiana.¹¹ Alguns bairros, em São Paulo, por exemplo, possuíam uma presença marcante e até majoritária de imigrantes que, por sua vez, se viam isolados, com boa parte da população, da política institucional e, nesse sentido, tal tendência facilitava os processos de organização política e sindical em um primeiro momento, embora apresentasse e potencializasse entraves com outros grupos, como os trabalhadores nascidos no país.

Não obstante, se as ligações étnicas e a disseminação de ideias exteriores eram, de fato, inegáveis tendências, esse caráter não cancelou a recepção dessas ideologias por movimentos anteriormente existentes ou por embates entre posições sociais constituídos anos anteriores. O autor Marcelo Badaró Mattos (2009), afirma, no caso específico do Rio de Janeiro, que não foram raros os casos de indivíduos, ligados anteriormente aos movimentos abolicionistas ou também republicanos que se juntaram na construção dos organismos trabalhistas de relevo, inclusive de intenção socialista e revolucionária;

Esse caso, com certeza, estava relacionado com a construção de jornais e grupos anarquistas como *O Amigo do Povo* (1902) em São Paulo, *O Despertar* (1898) no Rio de Janeiro, *A Nova Era* (1906-1907) de Minas Gerais e *A Luta* (1906-1911) do Rio Grande do Sul que aglutinavam imigrantes e brasileiros em suas composições e realizavam esforços de adentrar os movimentos de respaldo popular.

Esse parece ter sido o caso do periódico *O Protesto*, com a participação de Sarmiento Marques e a direção de Joaquim Mota Assunção. Este último militante nasceu em Portugal, mas veio ao Brasil com seu pai e seus três irmãos aos oito anos de idade. Primeiramente, Mota Assunção e parte de sua família se estabeleceram em uma

¹⁰ *La Battaglia* citado em BIONDI, 1998, p. 198.

¹¹ Edilene Toledo afirma: “Nos anos 1820, projetos republicanos unificados visando a independência tinham se iniciado nos ambientes de emigração política italiana. Entretanto, foi só a partir da década de 1830 que o ideal de uma unificação italiana a ser obtida através de uma luta popular autêntica, e não mediante conspirações e acordos com príncipes, difundiu-se entre os patriotas de tendência democrática, transformando-se em uma doutrina e programa de ação concretos devido, em grande parte, à obra de Giuseppe Mazzini que, preso em 1830 por participar da Carboneria e por suas ideias democráticas, exilou-se na França” (TOLEDO, 2008, p. 3).

colônia agrícola no oeste de São Paulo, subvencionados pelo Estado. O personagem se mudou para a capital do país na passagem da adolescência para a vida adulta, onde exerceu a profissão de condutor de bonde e depois tipógrafo e linotipista. O jornal de sua direção teve 12 números com uma tiragem de 1.000 a 1.5000 exemplares e já mostrava uma maior inserção nas associações operárias, as quais, sob a coluna “Movimento Operário Social”, apontava as reivindicações e especificidades dos chamados “trabalhadores de bonds” e também a tentativa de criação de uma Federação dos Trabalhadores que foi instituída na Rua Tobias Barreto, nº 37.¹² Mota Assunção aproveitava essa experiência organizativa e apresentava muitas citações e colunas anticapitalistas e claramente anarquistas ou libertárias, começando por seu cabeçalho citando “a propriedade é um roubo” de Pierre Joseph Proudhon e “a expropriação é uma necessidade” de Piotr Kropotkin.¹³ Com isso, já era noticiado e tentava-se organizar as categorias de pintores, barbeiros, tecelões, padeiros e chapeleiros e dos tipógrafos, conhecidos por serem reivindicativos na cidade, espalhando ideias como o republicanismo, socialismo e anarquismo (MATOS, 2008, p. 13-14).

Mas a forma de atuação do grupo e do personagem revela também as próprias especificidades da composição da classe trabalhadora na cidade e sua relação com a imigração. Diferente de São Paulo, com sua maioria de italianos, o Rio de Janeiro foi o destino principal de portugueses que, na década de 1890, atraiu 106.461 desses imigrantes numa população de 522.651 pessoas. Nesse período, os portugueses representavam 20,37% da população na região e 68,60% dos imigrantes (OLIVEIRA, 2009). Apesar da cidade ser conhecida por seu aspecto luso devido à presença da corte portuguesa décadas atrás, a escolha ainda tinha outros condicionantes. O fato era que havia um contingente contínuo de indivíduos precarizados em busca por melhores condições de vida, especialmente das áreas rurais de Portugal, que aumentava de forma intensa desde a metade do século XIX. E, assim como São Paulo, Rio Grande do Sul e outras regiões, o Rio de Janeiro se tornou um destino visado por representar um dos polos industriais emergentes ofertando atividades e empregos. Sua característica especial também era a presença de uma extensa área de comércio que atraiu justamente uma grande quantidade de trabalhadores não qualificados que buscavam

¹² Ver “Movimento Operário Social.” *O Protesto* (Rio de Janeiro), 3 de dezembro de 1889. p.3 e *O Protesto*, 3 de dezembro de 1899. p. 4.

¹³ *O Protesto* (Rio de Janeiro), 3 de novembro de 1899. p. 1.

atividades como ajudantes de comerciantes, estivadores, barbeiros, condutores de bondes, padeiros e outros. Para Carla Mary Oliveira (2009) sendo

em sua grande maioria homens solteiros, os portugueses que aportavam no Rio de Janeiro acabavam instalando-se por ali mesmo, no centro da cidade e suas cercanias, na Gamboa, na Saúde, no Castelo, e iam trabalhar, quase sempre, em funções que não necessitavam de qualificação prévia (OLIVEIRA, 2009, p. 153).

Mota Assunção já vivia no Brasil há algum tempo, primeiro fator que nos possibilita pensar que seu compartilhamento com o anarquismo pode ter se dado com a sua experiência entre esses trabalhadores precarizados, que estrangeiros, mas também brasileiros, compunham. Evidentemente, eram comuns formas de associação entre indivíduos de um mesmo país ou região, mesmo nos lugares onde não recebia a imigração familiar, conservando aspectos culturais de suas origens, bem como livros, experiências e correntes de pensamento. Isso faz, de fato, com que seja mais provável as chances do militante ter conhecido e disseminado as ideias libertárias entre militantes imigrantes, na maioria portugueses (SAMIS, 2009), mas não podemos excluir também sua integração com outros, como espanhóis e italianos – que existiam em grande número na cidade¹⁴ - e mesmo brasileiros. Sobre esse último grupo, podemos perceber, como atesta a composição das greves seguintes, que tais ideias já estavam sendo desenvolvidas por categorias de trabalhadores não especializados com grande contingência populacional, que portugueses e brasileiros compartilhavam intimamente, entre esses últimos muitos ex-escravizados (MATTOS, 2008, p. 37-82).

A construção da Federação Operária de São Paulo (FOSP), com muitos anarquistas aglutinando uma maioria de ligas e sindicatos com recostos étnicos, e da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), com sua presença mais íntima com brasileiros e portugueses, buscaram projetos comuns e, já pela primeira vez em 1906, fundaram, com outros organismos, a Confederação Operária Brasileira – uma tentativa do sindicalismo revolucionário ter dimensão nacional, o que mostra o início de um debate de imaginário nacional brasileiro para a luta sindicalista, que anarquistas e outros grupos defendiam no período:

¹⁴ Apesar de não haver muitos estudos de imigrantes italianos no Rio de Janeiro, sabe-se que esse grupo também foi importante para a configuração da classe trabalhadora (BERTONHA, 2014).

Com isso dá-se o primeiro passo para o despertar do proletariado do Brasil e lançam-se os alicerces duma organização futura, feita de comum acordo e com um fim determinado. É necessário que o operariado brasileiro abra os olhos e se dê conta das mistificações de que está sendo vítima. É preciso que compreenda que o seu inimigo não está fora do Brasil, que o seu inimigo não é o estrangeiro, mas o capitalista, o burguês, o militar, o padre e todos os sustentáculos da iníqua organização da atual sociedade, e que esses inimigos os temos aqui dentro do Brasil, como estão em todas as partes, competindo aos operários como principais vítimas, preparar-se para lhes dar combate aqui, ao par que os nossos companheiros, os operários das nossas nações, fazem os mesmos nos seus respectivos países.¹⁵

Para muitos militantes libertários, portanto, a instituição da COB poderia ser um bom meio de instituir, se não sua ideologia, pelo menos algumas práticas de sua cultura política justificando, dessa maneira, no operariado, propostas revolucionárias de “comum acordo e com um fim determinado.” Esse mesmo meio mostrava também que rivalidades nacionais e étnicas cegavam e emperravam a unidade e os ganhos desses trabalhadores, exercício que tentava tanto revogar o ideário de superioridade de estrangeiros para com os trabalhadores nascidos no país ou da reação destes últimos contra tais discursos e práticas racistas, fomentando também meios de segregação. A unidade brasileira aparecia, assim, como uma maneira de organizar esses trabalhadores desde que entendessem que os inimigos reais, para os redatores, estavam em todo o mundo, assim como seus companheiros também. Assim, era possível unir associações como a Società Internazionale do Brás, a Società Operaia da Lapa, a Unione Operaia Civiltà e Progresso e outras de tendência étnica italiana – embora não fechadas a esses - que compunham, entre outras, a FOSP (BIONDI, 2012) e a Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias do Brasil, a Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café e a União dos Operários estivadores que “eram formadas basicamente por associados negros” (MATTOS, 2008, p. 135), da FORJ, todas que compuseram também a COB.

¹⁵ “Confederação Operária Brasileira.” *A Voz do Trabalhador* (Rio de Janeiro), 1 de julho de 1908, p. 1.

Antimilitarismo, unidade nacional e internacionalismo prático (1913-1922)

Uma segunda fase pode ser observada com o irrompimento das guerras balcânicas, que anarquistas de origem italiana observavam, e posteriormente à Primeira Guerra Mundial, passando pela Revolução Russa e seu endurecimento. Nesse período, anarquistas tentavam superar suas posições anteriormente etnocêntricas, embora sua dificuldade de articulação, em cidades e regiões de maioria imigrante, com a luta negra e indígena ainda existiam na prática. Não obstante, foi aprofundada sua difusão no país em áreas de maioria não branca, como Bahia e Pernambuco, e a articulação de organismos tanto sindicais como especificamente anarquistas que tentavam uma unidade nacional brasileira. Também foram bastante apoiados órgãos transnacionais, não só com a Europa, mas na América do Sul. A Revolução Russa também intensificou, como propaganda e prática, um internacionalismo que era mobilizado e traduzido como reivindicações, greves e paralisações locais, fortalecendo o sindicalismo, o anarquismo e posteriormente o bolchevismo e o comunismo.

Interessante nesse caso é acompanhar, em 1915, a formulação do periódico *La Guerra Sociale*, passado posteriormente apenas para *Guerra Sociale*. Contendo quatro páginas e conseguindo, aceitando donativos voluntários ou subscrições anuais de 5\$000 ou semestrais de 3\$000, o periódico contava com a direção de Angelo Bandoni, sendo impresso em lugar não divulgado, tinha chamadas maiores e textos mais incisivos e menores e assumia posições que o grupo em questão havia levado desde o início de suas trajetórias, como a preparação para a revolução anticapitalista, contrários igualmente à exploração nas fábricas e aos poderes estatais. Para estes personagens inflamarem tais posições, a Grande Guerra era o cenário que explicitaria as evocações nacionalistas e militaristas que provinham dos “interesses do capital: a rivalidade, o apetite dos diferentes grupos financeiros, o expansionismo colonial, o estatismo, o nacionalismo, todas as suas instituições e toda a sua moral, com base na violência [...]”, todos esses que não eram uma “maldição de um deus maligno, agora cínico e feroz, mas de uma ordem social.”¹⁶

Interpretando que os embates de caráter nacionalista provinham dos projetos ligados aos grupos detentores dos meios de produção industrial que influenciavam os rumos políticos, os envolvidos com a fundação do jornal, majoritariamente provindos das regiões italianas, começaram a tensionar a posição etnocêntrica que alguns

¹⁶ “Per la nostra guerra e per la nostra pace.” *Guerra Sociale*, 20 de setembro de 1916, p. 1. Tradução nossa.

[...] nós vivemos sob uma parte da terra a que chamamos de Brasil, que possui um presidente, ministros, deputados, empregados e soldados. Pois bem, é vizinho dele um outro país chamado Argentina, que por sua vez também possui um presidente, ministros, deputados, empregados e soldados, é vizinho deste um outro chamado Chile, vizinho deste outro chamado Perú, etc., etc., que são partes componentes da América e do mundo – em todos estes países vivem homens formados igualmente a nós, com um nariz, uma boca, olhos e orelhas, homens que não nos conhecem e não nos querem fazer mal, e aos quais, por nossa vez, não desejamos mal.¹⁷

Muito mais do que propagar apenas um suposto valor de igualdade no nível discursivo como era feito, a forte retomada do internacionalismo reformulado com a Primeira Guerra Mundial resultou novamente na busca de elementos históricos que poderiam comprovar os motivos dessas desigualdades entre grupos diferentes, desde que dentro de uma “ordem social”:

As aspirações que animaram os combatentes pela extinção da escravatura dos homens de cor foram grandes e generosas, mas, em realidade a maldita escravidão das massas proletárias ainda não foi abolida. Com efeito, os homens de cor continuam a ser considerados como escravos, como bestas. Hoje diz-se entre a gente burguesa ‘quem escapou de branco é preto e preto não é gente’. O ódio da raça perdura em toda a sua intensidade, voltando-se aos homens de cor o mais profundo desprezo. E não somente os ex-negreiros, os padres e os funcionários públicos declaram que os homens de cor não têm espírito ou inteligência, mas até os pseudocientistas sustentam que a raça negra e a mestiça constituem espécies ou variedades incapazes de evoluir. Neste rol são também compreendidos os indígenas, habitantes dos sertões, os quais são vítimas da ferocidade dos negreiros nacionais ou estrangeiros, tipos sem entranhas, que com o auxílio dos capangas e das forças legais massacram essa pobre gente

¹⁷ “A’s mãis”. *Guerra Sociale* (São Paulo), 1 de maio de 1916, p. 2.

Ao contrário de negligenciar as lutas abolicionistas como alguns grupos anarquistas italianos fizeram no século passado na cidade, os personagens em torno do *Guerra Sociale*, as evocavam como “grandes e generosas”, mas tentavam mostrar que a posição de escravizado, sob a forma de racismo, acometia ainda o país. Nesse sentido, é interessante perceber que esses personagens entendiam que pensamentos e práticas racistas eram compartilhados por boa parte da população, destacando as classes médias e altas, mas que provinha de diversas esferas de dominação, como a cultural e ideológica além da econômica. Nesse caso, esses anarquistas tentavam mudar o discurso que afirmava que todas as classes eram supostamente igualmente escravizadas - uma retórica de encorpar a classe trabalhadora, mas que diluía ou ignorava os seus conflitos raciais e étnicos existentes. A tática, ainda, apostava na destruição completa dos grupos detentores dos meios de produção e da classe política - o resultado era o mesmo - mas reconhecia a debilidade dos ex-escravizados e indígenas, mostrando qual era a classe social supostamente responsável por tal situação. Tanto a situação dos trabalhadores imigrantes ou nacionais quanto os conflitos nacionais, sublinhado pelo jornal, eram atribuídos à burguesia e aos representantes do Estado que, para eles,

vivem da mentira, do crime da exploração e da violência, escravizando barbaramente as classes laboriosas, roubando iniquamente o produto do nosso trabalho, detentando [sic?] a terra e os outros instrumentos de produção, os quais constituem o patrimônio da humanidade. [...] Escravos modernos trabalhadores, somos os mais uteis, constituímos pelo número e pelo valor a verdadeira humanidade. É chegada a hora de iniciar uma nova cruzada redentora. Surjam pois os novos campeões, os novos propagandistas da abolição – do regime capitalista, do Estado e de todas as iniquidades sociais [...].¹⁹

Os anarquistas do periódico *Guerra Sociale* tentavam mostrar as conexões entre o fim da escravidão e da formação da classe trabalhadora, a quem chamavam de

¹⁸ “13 de Maio: aos escravos modernos.” *Guerra Sociale* (São Paulo), 20 de maio de 1916, p. 3.

¹⁹ *Idem*, p. 3-4.

“escravos modernos”, ainda assim reconhecendo que existiam diferenças dentro da própria classe e, por isso, além da exploração econômica, as atividades que os anarquistas proclamavam acabariam com todas as “iniquidades sociais.” Vale citar que essa tática também era usada por muitos grupos que anteriormente eram abolicionistas ou de resistência negra e que mais tarde se tornaram associações sindicalistas. O historiador Marcelo Badaró Mattos, nesse sentido, acompanhou a trajetória do militante João de Mattos e da Sociedade Protetora dos Empregadores em Padaria e constatou que, muitos agentes que lutaram pelo fim da escravidão desenvolveram posteriormente um ideário de “luta pela liberdade continuada pela luta operária” construído pela “decepção com o Estado Republicano; consciência da oposição de interesses de classe entre patrões e empregados e a necessidade da ação coletiva organizada (MATTOS, 2008, p. 221).”

Não temos evidências que mostram o contato do periódico *Guerra Sociale* com algum personagem negro ou indígena, ou mesmo um grupo ou associação que contasse com uma tradição de luta abolicionista como a citada, nem mesmo a inclinação ou procura desses por parte dos redatores. Não obstante, reconhecendo que havia diferenças históricas e sociais que deveriam ser superadas levando em conta necessidades especiais de cada grupo étnico, e que era ainda preciso unificar a classe produtora ou oprimida entre suas diferentes demandas, já que tais pensamentos de segregação seriam instrumentalizados pela classe dominante com o intuito de segregar os explorados e emperrar a própria luta pela igualdade, o grupo em questão tentava criar táticas de reformulação da própria divulgação e escrita do jornal, consonante com o anarquismo em outras partes do país, que contavam com grupos brasileiros. Assim, apesar de assumirem que seus leitores eram majoritariamente imigrantes ou filhos destes, essa era uma boa oportunidade para incluir colunas em outras línguas, especialmente a do país:

A necessidade de uma edição portuguesa da “Guerra Sociale” cada dia se faz mais sentida. Renunciar, porém, à edição italiana é impossível e por razões econômicas, visto serem italianos a maior parte dos nossos assinantes e também porque é indispensável, num estado onde a imigração italiana constituiu mais da metade da classe proletária ter um órgão que neutraliza a propaganda nacionalista e de outras tendências, feitas em italiano, a um público italiano. Por outra parte, está desaparecendo a indiferença do elemento indígena

sobre os assuntos sociais e já “Guerra Sociale” conta com avultado número de assinantes brasileiros, os quais reclamam uma colaboração em português mais desenvolvida. [...] Convidamos, portanto, os companheiros que sabem escrever o português [...], a colaborar com perseverança para a nossa atual sessão portuguesa, que se hoje não sai mais ampla é porque faltam colaboradores.²⁰

Não sabemos se essa atitude aumentou o número de cópias do periódico, mas é possível notar que tal iniciativa agregou mais colaboradores e militantes de origens diversas como portugueses, espanhóis e brasileiros, entre eles João Crispim, Rafael Esteve, Neno Vasco e Florentino de Carvalho. Esse fato acabou aumentando o número de colunas do jornal, anteriormente contendo quatro páginas, mas que dobrou seu tamanho e estabeleceu regularidade semanal. Portanto, não deixa de ser uma atitude imprescindível para os rumos que os redatores, no período, almejavam dar para o jornal.

É necessário sublinhar que a reformulação do grupo e do periódico, assim como sua sensibilidade maior aos diversos grupos étnicos no país, não faziam parte de um *insight* ou uma epifania fora do contexto como estamos afirmando. Além de possivelmente absorverem todas as discussões do movimento operário na década passada no país e de alguns pontos do mundo, além de conhecerem as resoluções do Segundo Congresso Operário e dos núcleos anarquistas em regiões distantes de São Paulo e Rio de Janeiro, a situação dos trabalhadores e grupos subalternos não era a mesma de anos atrás. Embora, como notado, boa parte da população nos centros industriais da cidade de São Paulo possuía suas raízes de nascimento no continente europeu, a vivência destes com os brasileiros ou com outros imigrantes se tornava mais comum com o passar dos anos. O contexto da Primeira Guerra Mundial que dificultava o fluxo da vinda de imigrantes para o país, assim como barrava a tentativa destes de retornar para sua terra natal, foi somado à grande migração das áreas rurais para o centro industrial, condições que resultaram o surgimento de um ideário de fixação que levava em consideração “construir uma vida em São Paulo sem pensar mais em voltar (BIONDI, 2011, p. 160-161)”. Fato que, para outros autores, como Sheldon Maram, significou, mesmo com a continuação da instabilidade na vida dos residentes dos bairros operários, se ater mais incisivamente à luta classista em sua região (MARAM,

²⁰ *Guerra Sociale* (São Paulo), 27 de janeiro de 1917, p.1.

Sobre esse último ponto, apesar de serem críticos e estarem longe de organismos trabalhistas mais estruturados, a abertura do grupo aos militantes brasileiros e portugueses, fez com que os grupos organizacionistas e sindicalistas da família política anarquista tivessem contato com a discussão do *Guerra Sociale* em torno da Primeira Guerra Mundial, que vinha desde os conflitos balcânicos. Esse fator, juntamente com o contato com outras redes transnacionais fizeram outros grupos se aterem à propaganda contra os conflitos nacionais de forma mais programática. Nesse último ponto, os grupos anarquistas de várias partes do mundo também denunciavam a repressão que estava sendo acirrada perante o movimento operário e o próprio anarquismo, o que era revertido em propaganda tentando inflamar reivindicações, greves e paralisações ou mesmo a construção de órgãos e associações sob o nível local:

Aos socialistas, sindicalistas, anarquistas e organizações operárias de todo o mundo. A pressão exercida pelos governos das nações beligerantes sobre o governo espanhol, obrigando a este a proibir a reunião, em Ferrol, do Congresso Internacional da Paz, marcado para 30 de abril próximo passado, é uma prova de que os governos da burguesia temem que os proletários do mundo inteiro cheguemos a combinar esforços e, unidos todos, façamos cessar a horrorosa matança [...]. Beligerantes e neutrais, sofremos as mesmas consequências do atual estado de coisas, - uns dando a sua vida nos campos de batalha, em holocausto ao deus do capital, os outros, por efeito da crise industrial e comercial, morrendo de fome e de miséria, sem que uns e outros tenhamos um gesto de rebeldia para sublevarnos contra os causantes de tão monstruoso crime de lesa-humanidade.²¹

Anarquistas, sindicalistas e socialistas no país estavam se referindo ao Congresso Internacional da Paz na Espanha e o Congresso Anarquista de Londres, marcados para 1914, que foram impossibilitados de ocorrerem, seja pelas novas dificuldades de tráfego de militantes e periódicos de um país para o outro ou pelo acirramento da repressão nesses países. Mesmo assim, militantes do movimento operário, como numa rede de ligação, continuavam os debates abortados,

²¹ Comissão Organizadora. *Congresso Internacional da Paz*. Arquivo Astrojildo Pereira: CEDEM – Unesp.

especialmente no caso do pacifismo e do antimilitarismo, construindo eventos e órgãos fora dos países mais diretamente afetados pelos conflitos.

É nesse contexto que, em setembro de 1915, a Confederação Operária Brasileira através do periódico *A Voz do Trabalhador* e o *Na Barricada* noticiaram o Congresso Internacional da Paz, marcado para os dias 14, 15 e 16 de outubro na Praça Tiradentes, n.º 71, no Rio de Janeiro. Esse último jornal citado foi criado no mesmo ano com a uma perspectiva parecida com o do periódico *Guerra Sociale* em São Paulo, mas a tradição dos seus redatores, envolvidos com os projetos sindicalistas, como era o caso de Astrojildo Pereira, também membro da COB mais sua experiência antimilitarista no periódico *A Guerra Social*, resultaram em rápidas ações com base sindical já estruturada, ainda que Confederação estivesse passando por um momento de reanimação. Para efetivar o primeiro evento, os militantes e redatores dos organismos, afirmavam ser preciso uma “reunião internacional de socialistas, sindicalistas e anarquistas para tratar dos meios de combate à tremenda guerra europeia.” Eles destacavam ainda que “um acordo entre as forças revolucionárias do proletariado internacional seria de uma eficácia indiscutível para promover a terminação da carnificina desgraçada”, justificando, portanto, suas investidas. Além disso, ainda usavam suas redes militantes do mundo para mostrarem que

O Ateneu Sindicalista Del Ferrol, Espanha, fizeram um chamamento ao proletariado avançado de todo o mundo para se reunir em congresso naquela cidade, em fins de abril desse ano. [...] Acontece, porém, que os governos beligerantes, temerosos das conseqüências da magoa assembléia internacional antiguerreira, fizeram pressão sobre o governo espanhol e este proibiu a reunião do Congresso de Ferrol.²²

Na chamada feita pela COB para o Congresso Internacional da Paz, percebemos que o evento também era percebido como resultado da proibição de outro congresso que aconteceria na Espanha, fato que atesta o laço de continuidade transnacional contido entre os militantes anarquistas presentes, mas também do internacionalismo operário que era fortalecido por meio desses. Do mesmo modo, é possível notar a preocupação em construir ações para impedir o enfraquecimento do

²² “Pela Paz.” *Na Barricada* (Rio de Janeiro), 2 de setembro de 1915, p. 1.

movimento operário diante dos acontecimentos. As redes desse grupo anarquista e anticlerical garantiram notícias e adesões de outros grupos libertários como o Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, o Centro Feminino Jovens Idealistas de São Paulo, o Grupo Anarquista Renovação de Santos, os periódicos *La Protesta* e *La Rebellion* da Argentina, a União Anarquista Comunista de Portugal, o Grupo Educacion Anarquista da Espanha e outros nos quais estreitavam relações.²³ Mesmo nível de inserção garantiam também as adesões de entidades sindicais do país, entre elas as federações operárias do Rio Grande do Sul e de Alagoas, bem como de trabalhadores fora do espaço especificamente fabril como a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas e a União dos Empregadores Barbeiros e Cabelheiros, que também garantiam seus próprios interesses pela luta material progressiva. As adesões conseguiram ser estendidas de forma internacional entre diversas organizações de caráter econômico ou político como a União de Classe Operários Tecelões e a União das Juventudes Sindicalistas de Portugal, o Ateneo Sindicalista Ronda e o Grupo de Educacion Anarquista da Espanha, a Confederação de Sindicato Obrero de la Republica Mexicana, a Unione Sindicalista Italiana e o Partido Socialista da Argentina, que também faziam chamadas para comparecerem ou fortalecerem o evento (SANTOS, 2016, p. 75-76).

Muito mais do que as próprias decisões e debates internos que não é possível acompanhar nas resoluções do congresso, fora a escolha pela contínua utilização do sindicalismo de intenção revolucionária e do incremento do antimilitarismo nos órgãos sindicais dos países participantes, o mais interessante são as cartas que a COB trocou com a FORA e com grupos libertários da Argentina, entre eles a Agrupacion Anarquista, a Agrupacion Libertaria Orientacion, o Comite Pro-Presos y Deportados, os periódicos *La Protesta* e *La Rebellion*, a Liga de Educacion Racionalista e outros.²⁴ Parece que, a partir daí, houve um laço concreto entre os organismos, que começavam a observar e acompanhar uns aos outros com mais intimidade. É nesse viés que militantes das entidades citadas propuseram então o Congresso Anarquista Sul-Americano, noticiado em periódicos libertários como no *La Protesta Humana* e *Na Barricada* (CASTRO, 2007, p. 255).

²³ Ver “Adesões” e “Correspondências”. *Congresso Internacional da Paz*. Arquivo Astrojildo Pereira: CEDEM.

²⁴ Ver “Correspondência.” *Internacional da Paz*. Arquivo Astrojildo Pereira: CEDEM, p. 3.

Os dois congressos que se realizaram no Rio de Janeiro faziam clara frente ao avanço dos conflitos mundiais propondo garantir a força sindical para além das fronteiras nacionais. Não obstante, apresentavam diferenças nas suas intenções. Enquanto o primeiro tentava garantir a junção com grupos ideológicos (socialistas, anarquistas) e sindicais (de ofício ou regionais) de várias partes do globo, visando a união das forças de origem proletária para tencionar especialmente as decisões dos Estados nacionais no desenrolar da Primeira Guerra Mundial, o outro foi proposto especificamente pelos militantes anarquistas no interior da confederação, tentando atingir outros núcleos ou grupos de propaganda libertária do continente sul-americano visando um tipo de programa para a atuação de sua família política no interior dos espaços operários em que atuavam.

Órgãos entre os países, como a tencionada Confederação Operária Sul-Americana ou mesmo as sessões sindicais de correspondência entre países da América do Sul, propostos nos congressos analisados, não se efetivaram. Não obstante, para o historiador Tiago Oliveira (2009), “se a tão esperada Confederação Operária Sul-Americana não se efetuou, por outro lado concretizaram-se uma série de atividades de solidariedade, pelo menos por parte do Brasil e Argentina.” (OLIVEIRA, 2009, p. 223). Dessa forma, os laços de continuidade, o intercâmbio e as propostas de solidariedade que acompanhavam notícias sobre a atuação dos grupos eram trazidos para a própria militância local nos países em questão. Longe de serem apenas resoluções e acordos vazios, percebemos nos próximos anos que as posições dos congressos, e o uso de suas decisões e discursos foram levados em consideração em vários periódicos libertários e sindicalistas. Anarquistas de posição sindical, tanto na Argentina e no Brasil, se sentiram fortificados com tais eventos, publicando em vários de seus veículos comunicacionais a vitória não só dessa estratégia como de sua própria ideologia, justificando-a entre o movimento operário e outras correntes ideológicas e políticas. Perante tais, os anarquistas escreveram que “viva a anarquia! Em igual de regozijo e saudação pela nova era que iluminará a humanidade.”²⁵

Essa articulação foi essencial tanto para os projetos da Aliança Anarquista ou do Partido Comunista Anarquista no período – que visava a aglutinação de forças anarquistas no Brasil – quanto para a Confederação Operária Brasileira – visando a união de sindicatos brasileiros de várias tendências ideológicas. Esses organismos

²⁵ “Congresso Anarchista Sul-Americano.” *Na Barricada* (Rio de Janeiro), 28 de outubro de 1915, p. 2.

foram importantes para fomentarem e depois para alastrarem eventos reivindicativos como a greve geral em São Paulo e a Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro em 1918, ou em Salvador e Porto Alegre em 1919.

Resistência transnacional e translocal e o reforço do federalismo diante da efervescência do nacionalismo (1922-1930)

No decorrer da terceira década do século XX, o anarquismo começou a ter um grande refluxo, embora tivesse muita influência entre o operariado e no sindicalismo até 1937 com o Estado Novo. Porém, em 1922, libertários romperam oficialmente com os caminhos da Revolução Russa e tiveram que lidar com concorrentes, muitos deles já inseridos no movimento operário por serem antigos socialistas, sindicalistas e anarquistas. Além disso, nesse período, anarquistas ainda foram confrontados com grandes movimentos de massas, muitos deles nacionalistas ou regionalistas, que seriam arriscados de serem disputados, como o tenentismo e a insurreição paulista de 1924, contando ainda com uma repressão que mirava principalmente no teor libertário com o mandato de Artur Bernardes. A ascensão do sindicalismo reformista e do corporativismo no fim da década também representava um grande desafio para o anarquismo que tentava manter ativos alguns grupos no país e fora, além de ter que pregar o federalismo libertário diante desse cenário, desinflamando o patriotismo (OLIVEIRA, 2009, p. 153-196).

Nesse caminho, o periódico *A Plebe*, em 1921, o jornal fundado pelo militante Edgard Leuenroth em 1917 e o mais influente na organização da Greve Geral em São Paulo, afirmou que os reformistas se valem “duma manobra velhaca que consiste em fazer surgir na alma do operariado o sentimento burguês da nacionalidade.”²⁶ Além disso, os militantes libertários evidenciavam que esse projeto servia perfeitamente para o crescimento do cooperativismo no período e de maneiras que supostamente cooptariam a organização dos trabalhadores para a fortificação do Estado nacional. Sobre uma polêmica da instituição da Federação Sindicalista Cooperativista Brasileira, o periódico *A Hora Social* de Recife em 1920 concluía uma coluna perguntando “porque motivo esse governo que pretende esmagar o sindicalismo revolucionário, transformador, acaba de organizar a Federação [...]?”, e tentavam evidenciar que:

Já que se vê que o governo, organizando as tais cooperativas por

²⁶ “O Socialismo Amarelo.” *A Plebe* (São Paulo), 11 de junho de 1921, p. 1.

intermédio da superintendência de Admentação fundando a Federação Sindicalista Cooperativista Brasileira, quando ele própria fecha os sindicatos operários e comete as maiores brutalidades contra os sindicalistas revolucionários, já se vê que esse governo está com um plano maquiavélico arquitetado. Que os trabalhadores abram os olhos e não se iludam. Quando nos reunimos em sindicatos, uniões ou associações, só uma ideia devemos ter: a de revolta contra a sociedade atual.²⁷

Vendo, dessa forma, que existia uma efervescência do nacionalismo e patriotismo agressivo entre a população, a fortificação do Estado a partir da repressão a o sindicalismo revolucionário e ao anarquismo e um projeto político que, na visão dos libertários, potencializaria o avanço desses males, a tendência anarquista nesse período foi abandonar ideários e discursos de um movimento operário ou anarquista nacional, já que esse poderia ser facilmente confundido com tais práticas e discursos. É evidente que suas redes e as notícias do movimento operário de cidades e estados diferentes ainda era uma tática de propaganda nos principais periódicos libertários no país como *O Sindicalista* de Porto Alegre, *Renovação* e *A Voz do Povo* do Rio de Janeiro, *A Hora Social* de Recife, *A Plebe* e o *Alba Rossa* de São Paulo e outros. Mas, além disso, era necessário mostrar e ressaltar fortemente que essas redes iriam além das fronteiras nacionais e, por isso, começaram a apostar novamente e incisivamente em colunas ou páginas inteiras sobre o movimento operário internacional.

As notícias de organizações, vitórias e repressão de países como Itália, França, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Chile, Argentina, Uruguai e até da Palestina eram acompanhadas de símbolos anarquistas, através de textos ou imagens, que os militantes desejavam rebuscar como os projetos das escolas racionalistas de Francisco Ferrer, da Comuna de Paris, de teóricos como Errico Malatesta que compunham os periódicos nesse período. O apelo era que o movimento operário em várias de suas localidades atuasse buscando a típica fraternidade universal e o internacionalismo, respeitando também as condições da cultura política e sindicalista local, desde um prisma revolucionário, como podemos ver no periódico *A Plebe* em 1922:

Para ser alcançado esse objetivo, julgamos que a Internacional

²⁷ “Sindicalismo e cooperativismo: as manobras do governo da república.” *A Hora Social* (Recife), 7 de agosto de 1920, p. 1.

sindical, independente da política, deve reunir todas as bases federativas, constituindo assim, o expoente da força organizada do proletariado mundial em sua luta contra o salariedade e o patronato. Com o mesmo critério encaramos a organização da Internacional política, em cujo seio julgamos que devem ser reunidos federativamente os partidos político-sociais revolucionários de todos os países, respeitando a autonomia de cada um no desenvolvimento de seus programas específicos e estabelecendo-se um programa geral para a luta contra o domínio do capitalismo. [...] Julgando indispensável a constituição de uma sólida instituição internacional das agrupações libertárias de todo o mundo, declaramos desde já a nossa solidariedade e o nosso apoio ao Secretariado Internacional Anarquista da Suécia, organizado pelo Congresso Anarquista Internacional realizado em Berlim no mês de setembro de 1921, bem como a Federação Anarquista Internacional em formação no Uruguai.²⁸

Assinado pelos militantes e redatores Edgard Leuenroth, João Penteado, João Peres, Rodolpho Felipe, Ricardo Cippola e outros, esse número do periódico acompanhava a chamada “os anarquistas no momento presente: definindo atitudes.” Além da ruptura oficial e mais programática com a Revolução Russa, os anarquistas aproveitavam para mostrar caminhos estratégicos e táticos nesse contexto, tanto a partir da repressão quanto da instabilidade política mundial após a Primeira Guerra Mundial. Nesse momento, ainda disputavam o termo comunista dizendo que “como comunistas atacamos a instituição da propriedade”, mas mostravam que eram também anarquistas porque era necessária uma “organização política livre, constituída do indivíduo ao grupo, do grupo à federação e à confederação com desprezo de barreiras e fronteiras.” Para isso, os métodos de ação que esses agentes instituíam eram ainda a propaganda, mas preferencialmente “a obra da organização no campo econômico, com os trabalhadores, e no campo político.”²⁹ É assim que anarquistas ainda reforçam sua posição à estratégia do sindicalismo revolucionário, reforçando o internacionalismo e o federalismo dessa corrente. Os libertários diziam estarem sendo influenciados pelo Congresso Anarquista Internacional realizado em Berlim de 1921 e pela Federação Anarquista Internacional do Uruguai, que, de fato, responderam ao processo de

²⁸ “Os anarchistas no momento presente.” *A Plebe* (São Paulo), 18 de março de 1922, p.4.

²⁹ *Idem*, p. 1.

centralização da Revolução Russa, redefinindo a estratégia sindicalista e internacionalista típica dos anarquistas, almejando barrar o reformismo e o comunismo estatista (GARNER, 2014, p. 141-173).

Os órgãos e o periódico *A Plebe* parecem ter influenciado muitas organizações e periódicos libertários, assim como associações de trabalhadores, manifestações e greves no período. Antes de um acirramento da repressão nos próximos dois anos, o jornal mostra no estado de São Paulo inúmeras ações do operariado que ainda apostavam na ação direta, como numa greve de sapateiros em 1922 que paralisou “há dias nas fábricas Bebê e Iberia”³⁰ e, em Petrópolis, os militantes anarquistas garantiram sua presença numa grande greve vitoriosa na Fábrica São Pedro de Alcantara a partir de suas posições na União dos Operários em Fábricas de tecidos. Nesse período, ainda, libertários eram respaldados por suas estratégias sindicais na União dos Trabalhadores Gráficos, na Liga Operária da Construção Civil, na União dos Empregados em Café, na União dos alfaiates, bem como na União dos Artífices em Calçados, no Sindicato de Ofícios Vários e outras associações.³¹

A volta para suas redes transnacionais poderia afetar o esforço de continuação de seus circuitos no país, ainda mais com a militância anarquista e seu principal vetor social – o sindicalismo revolucionário – estar seriamente afetado. Não obstante, uma saída do grupo em torno de *A Plebe*, depois de tentar fazer um balanço dos sindicatos com tendência libertária ativos na cidade como a União dos Canteiros e a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, além de tentar visualizar e organizar grupos anarquistas ainda ativos nos bairros paulistanos e no interior através das Bases de Acordo do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas³² - ou seja, avaliar as condições de reativação e reorganização do anarquismo e ver a situação do sindicalismo revolucionário no estado - foi apoiar e continuar o projeto da Federação Operária do Rio grande do Sul “que tem vindo sustentando a obra de propaganda associativa do proletariado de acordo dos princípios do sindicalismo revolucionário”, citando ser ainda uma continuidade da “Associação Internacional dos Trabalhadores, com sede em Berlim.” Por isso, o Comitê de Pró-Presos Sociais, um organismo criado pelos

³⁰ “As greves dos sapateiros.” *A Plebe* (São Paulo), 7 de outubro de 1922, p.4.

³¹ Ver *Idem*, p.1-4.

³² Ver *A Plebe* (São Paulo), 26 de março de 1927, p.2.

militantes do Rio de Janeiro ainda em 1924 para noticiar e defender os presos políticos, foi reativado e “foi decidida a transferência da sede [...] para a cidade de Pelotas.”³³

Outra ação interessante nesse sentido foi a notícia do Congresso Operário Continental, um esforço da Confederação Geral do Trabalho do México de aproximar grupos sindicalistas no continente americano, além de tentarem fazer uma frente unida contra a repressão e a favor de direitos trabalhistas. Nos próximos anos, um órgão americano que foi sugerido no congresso não foi efetivado como era almejado, mas a resolução de apoio dos sindicatos no país e na Argentina possibilitaram uma nova aproximação após esses organismos passarem por esse momento de repressão. A *Plebe* noticiou que foi em Pelotas, pela Federação Operária do Rio Grande do Sul, que foi que decidido o apoio ao evento, recebendo logo adesão de grupos do Rio de Janeiro (Pelotas e centro), Minas Gerais (Bagé, Caxambú) e São Paulo (Santos, Rio Preto).³⁴

A tradição organizativa em algumas cidades no nordeste do Brasil fez com que *A Plebe*, logo quando retornou em 1927, após o estado de sítio, noticiasse intensamente greves, manifestações, atos e organizações importantes na região como “a greve dos operários da Rossbach Brazil” em Recife e a criação do Centro de Estudos Sociais do Belém, no Pará, assinado pelos militantes Raymundo Cordeiro, Antonio Pereira da Silva, Pedro Lyra, Mauro Serra e outros, afirmando que

considerando que a organização operária baseada no moderno Sindicalismo Revolucionário é o veículo mais apropriado para a transição do Regime Capitalista-Estatal ao advento da Sociedade Comunista Libertária do futuro julgamos do nosso dever inalienável prestigiar, incentivar, desenvolver a organização sindicalista revolucionária entre as massas oprimidas e laboriosas, fortalecendo-a com nossa adesão aos sindicatos atualmente existentes, assim como auxiliando a fundação de outros, onde forem necessários, ou as circunstâncias aconselharem.³⁵

Dessa maneira, além de tentarem mostrar, para seus leitores no estado e no país, que o anarquismo e sua principal estratégia continuavam ativos no país, tentavam também ligá-los, dando a ideia de organização a nível nacional novamente, desde que

³³ “Federação Operária do Estado do Rio Grande do Sul: foi realizada uma conferência de representantes em Pelotas.” *A Plebe* (São Paulo), 26 de março de 1927, p. 2.

³⁴ *A Plebe* (São Paulo), 26 de março de 1927, p. 2.

³⁵ “A Acção Libertária no Pará.” *A Plebe* (São Paulo), 9 de abril de 1927, p. 2-3.

ressaltando o federalismo e o antiestatismo, disputando e criando organizações de massa. Uma evidência dessa ligação foi a criação do jornal de grande imprensa *O Ceará* em 1928 pela jornalista Rachel de Queiroz, que convidava a ativista e teórica anarquista Maria Lacerda de Moura, que morava no interior de São Paulo no período, a escrever ao jornal (PEREIRA, 2001). É interessante ressaltar também que, após 1928, assim como antes dos eventos de 1924, os principais debates políticos anarquistas eram personificados em torno de dois brasileiros, Domingos Passos e José Oiticica e, entre 1924 e 1925, em focos libertários em lugares distantes um do outro, como no Rio Grande do Sul e Ceará. Essas são evidências que a cultura política anarquista estava completamente em consonância com a cultura política do país e, que, o apelo ao internacionalismo não fazia parte de um alongamento da imigração e de redes étnicas e sim do dos alongamentos das necessidades da cultura política anarquista no país e, por isso, a insistência, por parte de seus adversários, de extirpá-los.

A tentativa para a manutenção das redes sindicalistas e de grupos anarquistas mais organizados na tentativa de não se desmembrar no território nacional, na prática, continuava - embora com danos e atrasos severos devido à repressão e as transformações do sindicalismo e o embate com comunistas, reformistas e cooperativistas - ao mesmo tempo em que era tentado minar o patriotismo de Estado. Era preciso excluir ou diluir o ideário nacional dos discursos e sublinhar o internacionalismo, a fraternidade internacional e a ligação entre repressão e os interesses mundiais da burguesia, assim como da repressão e a necessidade do sindicalismo e da ação direta a partir de certa unidade no país.

Considerações finais

Quando certa historiografia – marcada por uma visão de justificação política como aponta o historiador Claudio Batalha (1998) - marca que a reflexão sobre uma visão de Brasil para a introdução e inserção do socialismo no país se deu apenas com a consolidação da política comunista, indícios mais precisos sobre a imprensa operária no período republicano, mostram que outros grupos, como anarquistas, já haviam refletido sobre o caráter nacional do Brasil.

Vemos também, acertadamente, como induz Benedict Anderson (2014), que o “nacionalismo, esse elemento com a maior valência entre todos, combinou-se com todos os outros [o romantismo, a democracia, o idealismo, o marxismo, o anarquismo e o fascismo] de diversas formas e em diversos momentos” (ANDERSON, 2014, p. 19),

fazendo com que a construção do anarquismo, dependendo do fluxo migrante, da região em que se instalou e como viu outras etnias e grupos nacionais, fatos combinados com seus debates e influências políticas e ideológicas, tiveram influência em sua inserção e desenvolvimento. No caso brasileiro, embates entre posições etnocêntricas, internacionalistas, e de coesão nacional gravitaram entre anarquistas com o passar do tempo e foram elementos chave, mais do que na teoria, mas na própria edificação do sindicalismo revolucionário, de uma maneira complexa. Posições que, com certeza, influenciaram as culturas de classe para suas reformulações em períodos posteriores que, sem essa experiência e debate, não poderiam ter respaldo no país quando, nas próximas décadas, o nacionalismo, o imaginário nacional e o estatismo seriam fortificados.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Sob três bandeiras: Anarquismo e Imaginação anticolonial*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp; Fortaleza – Ceará: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014.

AVELINO, Nildo. “Errico Malatesta – revolta e ética anarquista”. *Verve*, v. 4, p.228-263, 2003.

BATALHA, Claudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências.” In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco; São Paulo: Contexto, 1998.

BERTONHA, João Fabio. “Italianos na cidade do Rio de Janeiro: uma comunidade (re)descoberta.” *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 8, p. 415-428, 2014.

BIONDI, Luigi. “Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista ‘*La Battaglia*’ e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos.” *Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas*, Campinas – São Paulo, v. 5, n.8/9, p. 117-147, 1998.

_____. “Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo.” *Locus (UFJF)*, v. 2, p. 41-66, 2008.

CASTRO, Celso. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil.” In: GOMES, Angêla de Castro. *Direitos e cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007. p.255.

____. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas- São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

COLOMBO, Eduardo *et all* (Orgs.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

CORRÊA, Felipe. “Introdução.” In: BAKUNIN, Mikhail. *Revolução e Liberdade: Cartas*. São Paulo: Hedra, 2010.

____; SILVA, Alessandro Soares da; SILVA, Rafael Viana da (Orgs.) *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

FELICI, Isabelle. “A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi.” *Cadernos Ael: Anarquismo e Anarquistas*, v.8/9, p.9-66, 1998.

GARNER, Jason. *Goals and Means: Anarchism, Syndicalism, and the Internationalism in the Origins of the Federación Anarquista Ibérica*. Ak Press: London, 2014.

GODOY, Clayton Peron. *Ação Direta: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)*. Tese(Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2013.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013

HWANG, Dongyoun. “Korean Anarchism before 1945: a regional and transnational approach.” In: HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (Orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The praxis of national liberation, internationalism and social revolution*. Leiden, Brill, 2010. p.95-130.

LEAL, Claudia. *Pensiero e Dinamite: Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos de 1890*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Edusp/ UFRJ, 1994.

MARAM, Sheldon. *Anarquismo, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

____. “Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro.” *Revista Mundos do Trabalho*, Santa Catarina, vol.I, n. 1, 2009.

OLIVEIRA, Carla Mary. “O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico.” *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 3, p. 149-168, 2009.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: Uma aventura anarquista*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2002.

SAMIS, Alexandre. “*Minha pátria é o mundo inteiro*”: *Neno Vasco, anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX*. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.

SANTOS, Kauan Willian dos. “*Paz entre nós, guerra aos senhores*”: *o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais dos periódicos e grupos Guerra Sociale e A Plebe na segunda década do século XX em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos – São Paulo, 2016.

TOLEDO, Edilene. “O nacionalismo na formação e nas trajetórias de dois militantes sindicalistas italianos exilados no Brasil.” *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 2008.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo, Nobel, 1988.

VAN DER WALT, Lucien. “Negro e Vermelho: anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880-1920.” *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, p. 174-218, 2010.

